



114.

**Poder Judiciário**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

**Mandado de Segurança nº 0332006-5**

**Impetrante:** Silvani Alves de Lima

**Defensora Pública:** Dra. Roberta Rodrigues Pitanga

**Impetrado:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

**Procuradora:** Dra. Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITOS HUMANOS À SAÚDE. MANDADO DE SEGURANÇA. LESÃO MEDULAR. ALIMENTAÇÃO ESPECIAL. DIREITO A SAÚDE. ART. 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SÚMULA 18 DO TJPE. IRRESTRIÇÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME.

1- Tem a impetração base legal na Carta Política vigente, que define a saúde como direito do cidadão e como dever do Estado, sentido o que pacificamente proclamado pelos Tribunais na defesa do cumprimento dos preceitos do art. 196, da CR/1988 e que asseguram aos necessitados o fornecimento pelo Estado (Estado como gênero e através da União, dos Estados e dos Municípios, mediante um sistema linear de responsabilidade solidária, onde qualquer um dos entes, tem legitimidade para o polo passivo da relação processual), dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde – a saúde como direito indissociável ao direito à vida.

2- Tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada neste Egrégio Sodalício pela Súmula nº 18, do TJPE que instituiu que é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

3- A doença que vitima a impetrante, lesão medular com risco de broncoaspiração, é agressiva e capaz de lhe acarretar grave risco à saúde, e, na defesa do bem maior – que paira intangível e acima de qualquer alegação, se situam urgentes e necessárias medidas, ações que são prestadas pelo impetrado e que não podem ser adiadas, sob risco de agravamento do mal.



115,

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

4- Necessidade de fornecimento de alimentação especial à ora impetrante sendo - neste caso - apontadas como opções: de Isosource 1,5 da Nestlé, Nutri Enteral 1,5 da Nutrimed, NutriFiber 1,5 da Nutrimed e Fresubin Energy Fibre da Fresenius, devendo ser ministrada 6(seis) vezes ao dia, no volume de 80 ML/H(ou 240 ML no frasco por horário).

5- Segurança concedida por unanimidade dos votos.

**ACORDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança nº 0332006-5, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão realizada no dia 24/09/2014, sem divergência de votos, em conceder a segurança, na conformidade do relatório e voto constantes que passam a integrar o presente julgado.

**P. e I.**

Recife, 24/09/2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



2009

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

**Mandado de Segurança nº 0332006-5**

**Impetrante:** Silvani Alves de Lima

**Defensora Pública:** Dra. Roberta Rodrigues Pitanga

**Impetrado:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

**Procuradora:** Dra. Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de mandado de segurança impetrado por Silvani Alves de Lima contra ato do Sr. Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco que negou o fornecimento de alimentação especial à ora impetrante, posto que – em razão de lesão medular – não consegue engolir a comida, além de haver grande risco de broncoaspiração, sendo – neste caso – apontadas como opções: Isosource 1,5 da Nestlé, Nutri Enteral 1,5 da Nutrimed, NutriFiber 1,5 da Nutrimed e Fresubin Energy Fibre da Fresenius, devendo ser ministrada 6(seis) vezes ao dia, no volume de 80 ML/H(ou 240 ML no frasco por horário).

Nas sustentações da causa de pedir, alega a impetrante, em síntese, que foi acometida de lesão medular e – por essa razão – não consegue engolir a comida, havendo grande risco de broncoaspiração, sendo necessária a gastrostomia e a ingestão de dieta pronta especial.

Tutela de urgência deferida em decisão interlocutória de fls.30/34, no sentido de assegurar à então impetrante, o fornecimento gratuito – no prazo de 48(quarenta e oito) horas -, pelo então impetrado, da alimentação especial referida nos autos, na forma prescrita pelos profissionais que o assistem, enquanto tramite o curso processual da medida judicial.

Agravo Regimental desprovido pela unanimidade dos votos nos termos do acórdão de fls.75/76.

Informações nas fls.62/72, onde alega a autoridade coatora que há total ausência de suporte probatório da ação, no que diz respeito à real necessidade da suplementação alimentar vinculada a marcas determinadas, mesmo que tenha oferecido uma certa quantidade de opções. Acrescenta que o composto alimentar não



110  
16

**Poder Judiciário**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

consta nas listagens oficiais de dispensação obrigatória, além da ausência de comprovação da imprescindibilidade do fármaco solicitado.

Parecer Ministerial nas fls. 102/106 pela concessão da segurança.

**É o relatório.** Inclua-se em pauta.

Recife, 10/09/2014.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator



116

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

**Mandado de Segurança nº 0332006-5**

**Impetrante:** Silvani Alves de Lima

**Defensora Pública:** Dra. Roberta Rodrigues Pitanga

**Impetrado:** Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

**Procuradora:** Dra. Catarina de Sá Guimarães Ribeiro

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Pretende a impetrante, o fornecimento gratuito pelo impetrado, da alimentação especial referida nos autos, na forma prescrita pelos profissionais que a assistem, enquanto tramite o curso processual da medida judicial.

Como dito por ocasião da decisão interlocutória proferida, cingindo-me a amplitude contida na lei mandamental, ressalto que vislumbro como presentes na impetração, os dois requisitos legais exigidos para a concessão da medida liminar postulada e ora combatida, traduzindo-os sob a seguinte fundamentação:

Da relevância dos motivos: o alegado pela impetrante, se comprova de plano nas provas carreadas aos autos e nos termos legais em que se funda o pedido.

Tem a impetração base legal na Carta Política vigente, que define a saúde como direito do cidadão e como dever do Estado, sentido o que pacificamente proclamado pelos Tribunais na defesa do cumprimento dos preceitos do art. 196, da CR/1988 e que asseguram aos necessitados o fornecimento pelo Estado (Estado como gênero e através da União, dos Estados e dos Municípios, mediante um sistema linear de responsabilidade solidária, onde qualquer um dos entes, tem legitimidade para o polo passivo da relação processual), dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde – a saúde como direito indissociável ao direito à vida.

Em salutar pronunciamento sobre a distribuição gratuita de medicação a pessoa carente, assim se expressou o Min. Celso Melo, quando do julgamento do RE-AgR 271286/RS:

**"... dá efetividade aos preceitos fundamentais da CF, sendo um gesto relevante e solidário de apreço à vida e à saúde das**



117-

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**  
**peçoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem."**

DA POSSIBILIDADE DE LESÃO GRAVE OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO: mesmo como leigos na ciência da Medicina, podemos divisar a gravidade da situação que afeta à saúde e à vida da impetrante e dela temos certeza diante dos termos enunciados nas peças técnicas trazidas aos autos.

A doença que vitima o impetrante é agressiva e capaz de lhe acarretar grave risco à saúde, e, na defesa do bem maior – que paira intangível e acima de qualquer alegação, se situam urgentes e necessárias medidas, ações que são prestadas pelo impetrado e que não podem ser adiadas, sob risco de agravamento do mal.

Nesse sentido tem se posicionado com muita presteza este Tribunal Estadual e os Tribunais Superiores, posicionamentos que invoco como fundamentos para conceder a medida liminar postulada na presente impetração, como forma de elevar acima de tudo, a garantia suprema que é assegurada pela CR/1988, ao bem maior do ser humano, a sua vida e a sua saúde.

Assim se manifesta a jurisprudência local, a saber:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. **MANDADO DE SEGURANÇA. PORTADORA DE DOENÇA GRAVE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. TEMODAL.** PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS LITISCONSORTES PASSIVOS NECESSÁRIOS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA SUSCITADA PELO IMPETRADO. REJEITADAS. CONCESSÃO DA SEGURANÇA POR UNANIMIDADE. AGRAVO REGIMENTAL APENSO. PREJUDICADO.- Não há como acolher as preliminares de incompetência absoluta da Justiça Estadual e de ausência de citação dos litisconsortes passivos necessários, eis que em primeiro lugar, o subitem 6.1, letra I da NOB (Norma Operacional Básica) n.01/96 do SUS (publicada no DOU de 06/11/96) prevê a responsabilidade do Estado quanto à prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares de alto custo, ao tratamento fora do domicílio e à sua disponibilidade de medicamentos e insumos especiais, sem prejuízo das competências municipais. Em segundo lugar, a Lei 8.080/90, art. 7º, XI, determina a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos estados, do DF e dos Municípios na prestação de assistência à saúde da população. Por fim, ante a competência comum estabelecida na carta Magna entre a União, os Estados, o DF e os



118

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

Municípios no que concerne à saúde do cidadão, pode o prejudicado exercer o seu direito contra quaisquer dos responsáveis, em conjunto ou separadamente.-A descentralização do SUS implica no dever e na competência concorrente do Estado-membro para regular e implantar ações e serviços públicos de proteção e defesa da saúde (CF, arts. 24, XII e 196), pelo que o Grupo, por unanimidade rejeitou a preliminar de incompetência absoluta do juízo.- Preliminar de ausência de prova pré-constituída: rejeitada, pois tal alegação diz respeito ao próprio mérito da causa. - **Constata-se a liquidez e certeza do direito da Impetrante, em virtude de ser a mesma portadora de uma doença grave, necessitando do uso de medicação apropriada, conforme atestado médico colacionado aos autos.- Desta forma, diante do uso imprescindível de tal medicação, e, por não dispor a Autora de condições econômicas para custear o tratamento, deve o Estado assegurar o direito à saúde nessa situação. Isso porque a saúde é direito garantido constitucionalmente, devendo o Estado promover políticas sócio-econômicas destinadas a possibilitar o acesso universal igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (CF, art. 196), bem como preocupar-se com a prevenção de doenças e outros agravos, mediante a redução dos riscos (CF, art. 166 e art. 198, II).**- Em virtude da concessão da segurança nos termos do voto do Relator, esvaziou-se o objeto da interposição do Agravo Regimental nº 0165245-9/01, havendo, portanto, desaparecimento superveniente do interesse processual recursal.- O Grupo, por unanimidade de votos, rejeitou a preliminar de ilegitimidade passiva da autoridade impetrada. Por unanimidade, rejeitada a preliminar de falta de pressuposto legal e regular para o andamento do processo por ausência de citação dos litisconsortes passivos necessários, prejudicada a preliminar de incompetência absoluta do juízo, e rejeitada a preliminar de ausência de prova pré-constituída. No mérito, por unanimidade, concedida a segurança, nos termos do voto do pedido, prejudicado o Agravo Regimental. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0165245-9/01, em que figura como agravante o Estado de Pernambuco e como agravada T.P.S. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, rejeitou a preliminar de ilegitimidade passiva da autoridade impetrada. Por unanimidade, rejeitada a preliminar de falta de pressuposto legal e regular para o andamento do processo por ausência de citação dos litisconsortes passivos necessários, prejudicada a preliminar de incompetência absoluta do juízo, e rejeitada a preliminar de ausência de prova pré-constituída. No mérito, por unanimidade, concedida a segurança, nos termos do voto do pedido, prejudicado o Agravo Regimental. Presente ao julgamento a Procuradora de Justiça Dra. Severina Lúcia de Assis Nogueira. Recife, 23 de setembro de 2008. Presidente Des. Antenor Cardoso Soares Junior Relator PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE



119

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

PERNAMBUCO Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior.(TJPE -  
1º Grupo de Câmaras Cíveis. Agravo Regimental Nº 165245-9/01 -  
Relator Acórdão: Antenor Cardoso Soares Junior - Data Julg.  
17/9/2008.)

Tal matéria, inclusive, encontra-se sumulada neste  
Egrégio Sodalício:

**Súmula nº 18, do TJPE** - É dever do Estado-membro fornecer ao  
cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao  
tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Assim, em face do exposto, voto pela concessão da  
segurança pretendida, confirmando os termos da decisão  
interlocutória de fls.30/34 no sentido de assegurar à impetrante, o  
fornecimento gratuito, pelo impetrado, da alimentação especial  
referida nos autos, na forma prescrita pelos profissionais que a  
assistem.

**É como voto.**

Recife, 24/09/2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
Relator